EXISTE RESISTÊNCIA NAS SOCIEDADES DE CONTROLE?

*A reação social diante da apropriação da rede pela lógica do capital*

Mariella Batarra Mian [[1]](#footnote-2)

Universidade Federal do ABC, Santo André, SP

**INTRODUÇÃO**

A sociedade é constituída, fundamentalmente, pela constante interação entre os indivíduos em entidades por eles formadas, dentre as quais: familiares, políticas, educacionais, legislativas, religiosas, de trabalho, culturais, ambientais, econômicas, e outras. Essa indissociável convivência entre atores é o pressuposto da condição social e é tangenciada por intrínsecas relações de poder, sejam aquelas hierarquicamente formalizadas - chefes de Estado *versus* população, empregadores *versus* empregados, líderes religiosos *versus* seguidores religiosos etc. – às violentamente explicitadas – como quando há abusos por parte de instituições oficiais de segurança e em regimes ditatoriais, com a naturalização de situações com tortura humana - ou, ainda, aquelas relações em que o poder está simbolicamente estabelecido (Bourdieu, 1989) – geralmente invisível, guardado nas entrelinhas, por meio de discursos e violências psicológicas. Este tipo de poder é comumente destacado na contemporaneidade ao tratar-se de temas como machismo, homofobia, racismo etc.

O componente inseparável deste poder, tão evidenciado nas relações sociais, é exatamente o seu legítimo contraponto: a resistência. Trata-se de um vínculo dialético, quase que interdependente. A resistência, em suas formas mais tradicionalmente reconhecidas – como são as grandes revoluções da história humana -, apresenta-se como o combustível para mudanças de paradigmas na sociedade.

Contudo, além dessas formas mais enfáticas e notáveis de resistência, este contrapoder é exercido mais comumente em suas formas mais brandas. Ainda que não sejam tão explícitas nas relações sociais, essas denominadas formas de resistências cotidianas (Scott, 1985) exercem importantes formas de oposição e de reação aos mais diversos e corriqueiros tipos de poder que permeiam a sociedade. Dentre outros exemplos, pequenas ações de desobediência em contextos de trabalho podem ser retratadas como típicos exemplos dessa resistência cotidiana.

De modo geral, é a partir do prevalecimento dos interesses de determinados entes sociais, em detrimento do interesse de outros, que emergem os mais diversos tipos de ações de resistência, como propulsoras do antagonismo ao poder.

No contexto contemporâneo, permeado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a sociedade vem lidando com inúmeras transformações. Com a chegada da internet ocorreram mudanças expressivas nos meios de interação social, principalmente a partir da década de 1990, quando esse fenômeno transcendeu seus objetivos militares e começou a ser incorporado pela sociedade como um todo.

Essa realidade informacional impulsionou a forma de articulação dos indivíduos e ampliou a capacidade dos usuários em utilizarem as redes sociais online, como forma de expressar livremente suas ideias, e de se aproximarem ativamente de questões globais de âmbitos políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.

Entretanto, como era de se esperar, a lógica do capital desvendou a dinâmica das redes online e vem se apropriando com destreza dessa ferramenta. As consequências já são notáveis: pela incessante coleta de dados pessoais dos usuários, a privacidade tem se tornado algo raro aos indivíduos da contemporaneidade, trata-se das denominadas sociedades de controle (Deleuze, 1990). Diante dessa realidade, a proposta deste trabalho é compreender quais seriam as possíveis ações de resistência dos indivíduos que buscam contrapor esta nova forma de poder e controle social. Para tanto, será apresentada, a seguir, a concepção da sociedade informacional e de controle da contemporaneidade, em seguida, serão abordados os conceitos sobre as formas de resistência social, e, finalmente, serão postas as reflexões sobre possíveis ações de resistência engendradas no contexto atual.

**SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: INFORMACIONAL E DE CONTROLE**

Ainda que a exclusão digital seja assunto de extrema relevância, principalmente sob a ótica dos direitos humanos, é evidente que a internet assumiu um papel protagonista na sociedade contemporânea. Sua exponencial abrangência, em nível global, trouxe uma valorização das relações entre pessoas-pessoas e pessoas-máquinas.

Um dos principais teóricos que se debruça a compreender a dinâmica dessa realidade é o sociólogo catalão Manuel Castells. Já, em 1999, ele cunha o termo “Sociedade Informacional”, baseando-se na fusão dos significados referentes às expressões “sociedade da informação”- a qual está relacionada à ideia da inovação tecnológica - e “sociedade do conhecimento” - que adiciona uma dimensão de transformação social, cultural, econômica e política.

Ainda no final da década de 1990, o pesquisador relacionou a dinâmica social operada pelas redes online a um novo modelo de capitalismo, em que as TICs seriam responsáveis por reconfigurar o sistema produtivo no denominado “capitalismo informacional” (Castells, 1999).

A interação entre os indivíduos e esse espaço virtual informacional engendra a cultura da recombinação de conteúdos – cibercultura - e reforça a clássica teoria social de Marcel Mauss (2003) sobre a “dádiva”, em que a ininterrupta e concomitante relação de troca estabelecida entre os atores sociais – o dar, o receber e o retribuir – é evidenciada como o fato social total. Trata-se de um princípio universal da sociedade: a reciprocidade. Ou seja, muito antes da chegada da internet, a troca de saberes, de sentimentos, de cultura e de matéria entre os indivíduos já era reconhecida como algo inerente à construção social.

No contexto contemporâneo, Wellman, Côte e Plickert (2006) reforçam esse princípio da troca como indissociável da natureza da cibercultura, é o cerne do que o compartilhamento em rede representa. Em outras palavras, a reciprocidade traduz essencialmente o que é a sociedade informacional. Rainie e Wellman (2012, p.218) enfatizam que:

Trocas recíprocas de informação e de interação social é regra entre aqueles que utilizam as TICs (Tecnologias de informação e comunicação). Ao mesmo tempo em que criam conteúdos, os usuários estão frequente e intimamente envolvidos em negociar com seus pares por meio dessa norma social. (Rainie e Wellman, 2012, 218, tradução nossa) [[2]](#footnote-3).

Os pontos apresentados até o momento demonstram como as redes online reconfiguraram a dinâmica da sociedade, transformando a forma de organização social contemporânea. Torna-se relevante, a partir deste ponto, problematizar outras complexas questões e incongruências relacionadas à internet, sociedade, democracia, direitos humanos, poder e controle.

A arquitetura das redes online segue uma lógica horizontal e está em permanente alteração por intermédio das interações ininterruptas e constante troca de informações entre os atores nelas conectados. Essa estrutura, amparada por uma série de aportes tecnológicos, emerge na contemporaneidade, como uma ferramenta com grande potencial, para favorecer os processos democráticos, amplificar as vozes dos indivíduos e permitir novos desenhos participativos na arena política. (Araújo, Penteado e Santos, 2015).

Contudo, mesmo que na internet prevaleça essa lógica de liberdade, deve-se ter em mente que a rede mundial de computadores está inserida na sociedade e faz parte de um contexto social hierarquizado, regulado em muitos (ou em todos os) aspectos por poderes do Estado, da Igreja, do Mercado, organizações etc. Dessa forma, essa ideia de que a Internet atua paralelamente ao controle de tais instituições é utópica. Assim, “a linguagem básica da sociedade da informação pode ser privada ou pública, fechada ou aberta, hierarquicamente construída ou compartilhada, obscura ou transparente, enfim, democrática ou autoritária” (Silveira, 2005, 13).

O conceito de “Poder nas Redes”, elucidado pelo teórico Manuel Castells (2010), busca definir os processos concretos de exercício de poder na rede. Para o sociólogo catalão, o poder refere-se à capacidade relacional que permite que determinada entidade influencie, de maneira assimétrica, as decisões de outros atores sociais, de modo que sejam favorecidas a vontade, interesses e valores deste ente detentor do poder. Para o teórico catalão, uma das formas de se exercer o poder e controlar o outro na internet ocorre por meio da “capacidade de estabelecer redes e de programar/ reprogramar redes de acordo com os objetivos que lhes são atribuídos” (Castells, 2009, 76, tradução nossa) [[3]](#footnote-4).

Para compreender a dinâmica do exercício do poder nas redes online, torna-se relevante visitar a teoria denominada “ator-rede”, de Bruno Latour (2010). Essa perspectiva teórica compreende a sociedade como rede heterogênea formada por entes humanos e não humanos (materiais), por ideias e conceitos.

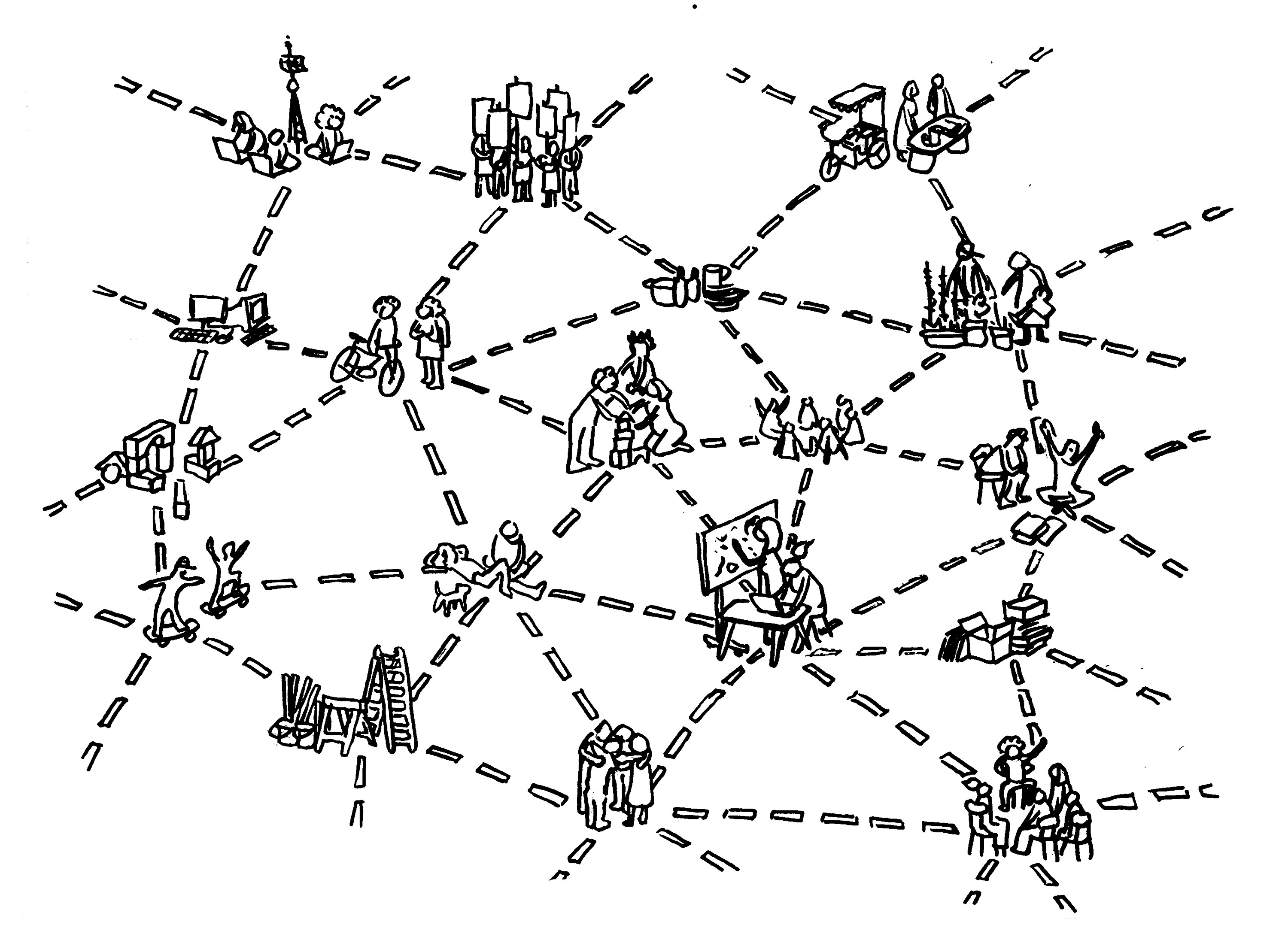


Figura 1 - Ilustração baseada na Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour (Wikimedia, 2018)

A figura 3 demonstra a organização em rede considerando a teoria de Latour (2010). Nela, é possível observar a diversidade de entes que constituem a rede. São os chamados “actantes”, que, ao mesmo tempo em que assumem identidades singulares na rede, são dependentes das inter-relações que estabelecem entre si para garantir sua existência na rede.

A perspectiva teórica de Latour também traz um diálogo com a já mencionada Teoria da Dádiva de Marcel Mauss (2003), ao considerar que, além dos elos entre os próprios atores sociais, a sociedade é constituída, também, por elos estabelecidos entre indivíduos, coisas e simbolismos.

Para exemplificar a operação do poder na rede, Castells (2009) dialoga com a teoria elucidada por Bruno Latour (2010):

[...] Sugiro que, em muitos casos, aqueles que detêm o poder são, também, rede. Não redes abstratas ou inconscientes e nem mecânica: são seres humanos organizados em torno de seus projetos e interesses. Mas eles não são elementos isolados (indivíduos, grupos, classes, líderes religiosos ou políticos), já que o exercício do poder na sociedade em rede requer um complexo grupo de ação conjunta que transcende as alianças para se tornar uma nova forma de sujeito, semelhante ao que Bruno Latour descreveu brilhantemente como "ator-rede"[[4]](#footnote-5) (Castells, 2009, 76, tradução nossa)

No contexto da sociedade contemporânea, intermediada pelas TICs, esse poder de controlar a rede tem sido amplamente apropriado por aqueles que tradicionalmente detêm o domínio na sociedade. Grosso modo, pode-se dizer que a força do capital desvendou as nuances dessa rede horizontal, favorável à democracia, e vêm demonstrando indiscutível habilidade em se apossar de sua lógica para fortalecer sua estrutura vertical e desagregadora. A rede foi cooptada pelos donos do capital, apropriada pela grande indústria infocomunicacional e é articulada por agências de marketing.

A conjuntura social vigente foi definida por Deleuze (1990) como “sociedades de controle”. Trata-se de um momento em que as formas disciplinares, pautadas pela introjeção do medo à punição e consequente submissão dos comportamentos (Foucault, 2004), vêm sendo superadas gradativamente pelos controles cibernéticos. Estes controles são exercidos, essencialmente, por meio dos inúmeros aparatos tecnológicos que cercam a vida cotidiana dos indivíduos da atualidade, especialmente os *smartphones.* De acordo com Silveira (2017, p. 161), os controles cibernéticos: “acompanham as pessoas em suas trajetórias, dão a sensação de conforto, são eficazes na solução de problemas, melhoram as experiências e não geram medo, mas sim, afeto.”.

Para o teórico Maurizio Lazzarato (2006), as sociedades de controle caracterizam-se pela multiplicação da oferta de “mundos” aos indivíduos. Nesse sentido, o pesquisador considera as “máquinas de expressão” e as potentes ações de marketing como principais responsáveis por essa criação e propagação de mundos na sociedade.

Essa ideia de acesso a múltiplas realidades traz a sensação de liberdade às pessoas. Trata-se, no entanto, de uma ilusão, visto que os seres humanos estão limitados a se encaixar em mundos criados pelo próprio sistema capitalista e não há possibilidades de criar mundos próprios.

Nesta realidade, o conceito de modulação é potencializado. Não se trata mais de manipular opiniões dos indivíduos. O perfil de cada pessoa é minuciosamente traçado para que os comportamentos humanos ocorram com propósitos de consumo sistematizados.

Os processos de modulação não são meramente de distribuição de publicidade, eles implicam a construção de situações sociais, de interações específicas, criando ambientes completamente distintos daqueles em que a propaganda é realizada nos intervalos dos espetáculos ou eventos esportivos televisionados. As tecnologias de modulação permitem agir de modo eficaz sobre nossa atenção por serem quase sempre baseadas em nossa subjetividade revelada e em nosso potencial afetivo. (Silveira, 2017, p.150-151).

Um dos pontos mais críticos em relação a essa operação do poder nas redes online refere-se à ininterrupta e colossal coleta de dados pessoais. Sob a prerrogativa de entreter e facilitar o cotidiano dos usuários das redes, por meio da infinita oferta de serviços e das inúmeras possibilidades de interação, via redes online e via aplicativos em dispositivos móveis, as grandes corporações e agências de marketing vêm atuando com afinco nesse mercado, que representa e já evidência riscos explícitos a direitos humanos fundamentais: a privacidade e o anonimato. Nas palavras do sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira (2017):

O direito à privacidade, além de ser essencial para as democracias, uma vez que assegura a comunicação e as articulações dos frágeis diante dos vários grupos de poder, adquiriu uma dimensão econômica no cenário informacional qualitativamente distinta da existente no mundo industrial. Os dados pessoais e aqueles que permitem identificar uma pessoa devem ser considerados parte da identidade pessoal. Portanto, seu uso exige autorização, o seu tratamento econômico exige negociação.(Silveira, 2017, p.171-172).

As eleições de 2016, nos Estados Unidos, e as recentes polêmicas[[5]](#footnote-6) envolvendo a venda de dados dos usuários da maior plataforma de relacionamento online, Facebook, para a empresa britânica de marketing político, *Cambridge Analytica[[6]](#footnote-7),* evidenciaram ainda mais o negligente esquema do mercado de dados pessoais e escancaram a fragilidade da privacidade dos indivíduos.

Diante do exposto neste tópico, é possível compreender que a dinâmica de operação da sociedade informacional, permeada pelas redes online, também é constituída por relações de poder e resistência que perduram na história da humanidade. Observa-se que, ainda que a internet seja uma tecnologia com potencial libertário e democrático, na mesma medida, ela também pode estar a serviço do controle oculto e, portanto, mais invasivo aos indivíduos.

A partir deste retrato da realidade, surge um instigante questionamento acerca das possíveis reações partindo desses cidadãos – controlados e modulados – em relação a essa nova forma de operação do poder. Enquanto nas sociedades disciplinares os dominadores eram identificáveis e o embate dos dominados era direcionado com especificidade, nas sociedades de controle o poder está dissolvido e adocicado. Trazendo uma relação com as proposições de Bauman (2001) sobre os tempos atuais, é possível assumir que, na contemporaneidade, o alvo é líquido. Assim, faz-se necessária uma reflexão acerca das possíveis ações de resistência que contrapõem essa liquidez do poder na conjuntura contemporânea.

**RESISTÊNCIA, O PRESSUPOSTO DO PODER.**

De acordo com as proposições já apontadas neste texto, compreende-se que a sociedade é permeada pelas relações de poder. Nesse sentido, torna-se essencial discorrer sobre o pressuposto fundamental existente nessas relações: a resistência. Nas palavras de Foucault: “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. (Foucault, 2001, 91).

No âmbito das ciências sociais, o termo “resistência” permite diferentes formas de compreensão. Considerando o viés mais amplamente difundido e reconhecido, a resistência social carrega um sentido enfático e com práticas evidentes de antagonismo ao sistema vigente. São ações com grande repercussão – como as revoluções – que legitimam transformações e rupturas históricas. Os movimentos sociais são representações explícitas de enfrentamento ao poder.

No decorrer da história ocorreram diversos movimentos sociais que delinearam os caminhos da humanidade. Para Maria da Glória Gohn (2011), esses movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão. A teórica acredita que essas ações coletivas “são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte.” (Gohn, 2011, 336).

Para o sociólogo Manuel Castells (1999) as ações de resistência são as mais importantes e eficazes maneiras de construção da identidade[[7]](#footnote-8) social. O sociólogo acredita que os movimentos sociais são “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (Castells, 2000, 20).

Contudo, sem desconsiderar a relevância dessas formas de resistência que geralmente possuem caráter institucionalizado, coletivo e político-partidário, há outras formas de manifestação da resistência social, inclusive, mais corriqueiras do que aquelas formalizadas.

Os esforços empíricos e teóricos do pesquisador James Scott, que se aprofundou em estudos sobre a vida camponesa, trazem importantes reflexões sobre o que ele denomina como “formas cotidianas de resistência”. Sobre as elucidações do teórico, Menezes (2002, 33) afirma que: “Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.”

Assim, considerando esse viés apresentado por Scott, é possível compreender que as formas de resistência podem ser manifestadas de diversas formas pelos indivíduos. Nas palavras do próprio pesquisador:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. (Scott, 2002, 11-12)

Outra proposição de Scott, analisada por Menezes (2002, 33), expõe que o teórico discorda da separação entre ‘resistência real’ e ‘resistência incidental’ e considera como formas de resistências, igualmente relevantes à sociedade, tanto as práticas cotidianas, quanto as dos movimentos sociais, estando até mesmo relacionadas em determinados contextos. Entretanto, somente em caráter de classificação, Scott (1985, *apud*, Menezes, 2002) propõe a distinção conceitual entre essas formas de resistência:

Resistência real, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios e não-egoísta; (c) tem consequências revolucionárias e /ou (d) incorpora ideias ou intenções que negam as bases da dominação em si mesmas. Atividades incidentais ou epifenomênicas, por contraste, são (a) desorganizadas, não-sistemáticas e individuais; (b) oportunistas e de auto-satisfação; (c) não têm consequências revolucionárias e/ou (d) implicam na sua intenção ou significado, uma acomodação com o sistema de dominação (p.33).

As abordagens sobre essas formas cotidianas de resistência revelam algumas reflexões interessantes. No que tange suas formas de atuação, nem sempre são identificáveis. Muitas vezes estão presentes em discursos ocultos ou em sutis ações de desobediência. E justamente por não representarem o contrapoder com nitidez, como fazem os movimentos sociais, por exemplo, recaem alguns questionamentos sobre essas ações cotidianas, que contestam sua capacidade de transformação do contexto social e polemizam, inclusive, o uso do termo “resistência” para caracterizá-las. Uma problematização interessante refere-se a uma provável ambiguidade abarcada na conceituação. Nesse sentido, Menezes (2002) reflete que:

É inegável que a análise destas práticas [de resistências cotidianas] abre perspectivas de compreender a política de grupos subalternos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade. Mas, muitas vezes, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, substancialmente, as relações de dominação. Assim, há o perigo de romantizar a resistência cotidiana, esquecendo-se de que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação (p.43).

Contudo, ainda que o conceito possibilite problematizações, ele abarca uma importante perspectiva acerca das relações de poder que permeiam a sociedade. Trata-se de uma definição que necessita transcender o campo teórico e partir substancialmente para o campo prático de análise (Menezes, 2002).

A grande contribuição trazida por Scott, ao analisar as formas de resistências cotidianas, revela-se na premissa de sempre considerar a capacidade de agência dos atores sociais. Ou seja, para o teórico, mesmo que estejam vivendo situações extremas de controle social, os seres humanos não perdem seu potencial em delinear as formas de enfrentamento, ainda que essa resistência exerça-se por meio de pequenas atitudes – que se confundem, inclusive, com certa passividade.

Diante do exposto acerca desse pressuposto que permeia as relações sociais de poder, qual seja, a resistência, serão problematizados, a seguir, os apontamentos quanto às prováveis formas de contrapoder assumidas pelos atores inseridos nessa sociedade informacional e de controle.

**RESISTÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

As peculiaridades da sociedade contemporânea, informacional e de controle, trouxeram novas reflexões sobre as ações de resistência social. O final da primeira década deste século foi marcado por uma mudança no modo de organização dos movimentos sociais. Essa típica forma de resistência da contemporaneidade foi denominada “Ciberativismo” (Ugarte, 2008) e evidenciou a capacidade da rede em engajar indivíduos em prol de causas públicas e políticas.

O teórico Manuel Castells, em sua obra “Redes de Indignação e Esperança”, explicita as principais características dos movimentos sociais articulados pela rede e aponta os fatores que os diferenciam dos movimentos tradicionais. Para o teórico:

“Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ele cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. (Castells, 2013, 478)

Diante do contexto em que estavam inseridos é natural que Ugarte (2008) e Castells (2013), reconhecendo o potencial inerente das redes, tenham expostos com mais confiança seus pontos de vista sobre a participação e mobilização cidadã nessa “esfera pública interconectada” (Benkler, 2006).

Ademais, é importante considerar que a internet já foi palco para a concretização de representativos movimentos sociais que movimentaram estruturas de poderes verticais consolidados ao redor do mundo. É o caso da “Primavera Árabe”, “Occupy Wall Street”, “15M” e, no contexto brasileiro, os movimentos de “junho 2013”, (Mian e Zotelli, 2016). Quanto a caracterização, as referidas formas de resistência em rede, mesmo que evidenciem grandes diferenças de formulação em relação aos movimentos sociais tradicionais (aqueles iniciados no ambiente off-line), também se caracterizam por serem ações mais estruturadas de contrapoder.

Esse ciberativismo amplia a voz de muitos atores sociais e pode ser considerado uma das formas de exercício do contrapoder na sociedade contemporânea. Contudo, após a lógica da internet ter sido compreendida e, principalmente, cooptada pelo capital, essa forma de resistência vem reduzindo seu potencial de impacto junto às estruturas de poder.

Os movimentos sociais articulados em rede ainda existem, e a lógica da internet ainda é um importante subsídio para a organização de suas ações, contudo, o caráter espontâneo dessas mobilizações – que nos movimentos acima citados foi o principal provocador e desestabilizador do sistema – não possui força para driblar a lógica vertical do poder.

Como já explicitado, o poder de controlar as redes, por meio da coleta de dados pessoais e da venda de perfis de usuários para fins de publicidade, é a prerrogativa de atuação das grandes corporações do mundo, as chamadas organizações de infocomunicação. Dentre as principais, destacam-se: Google, Apple e Facebook. Portanto, é praticamente inevitável, a qualquer usuário comum de internet, utilizar a rede sem se conectar a plataformas que não estejam vinculadas a pelo menos uma dessas três corporações.

A hiperconectividade do mundo torna-se, portanto, diretamente proporcional à vulnerabilidade dos dados pessoais e, consequentemente, da privacidade dos indivíduos. É justamente esta escancarada invasão da vida intima dos indivíduos o contraponto central dessa nova lógica de operação do poder.

A privacidade é reconhecida mundialmente como um dos direitos humanos fundamentais (IRPC, 2018). No Brasil, é um direito fundamental, previsto no inciso X do artigo quinto da Constituição de 1988. (BRASIL, 2018) Assim, torna-se relevante a discussão sobre as possíveis formas de resistência social em um cenário em que um direito básico é violado e posto em xeque initerruptamente.

Tal problematização tem chamado a atenção de diversos grupos que assumem posicionamentos antagônicos à referida conjuntura. Nesse sentido, é possível elencar algumas ações coordenadas e institucionalizadas que formalizam resistência a essa lógica de controle das redes. Assim como os movimentos sociais articulados em rede, tratam-se também de engajamentos sistematizados contra o poder, cujos objetivos são bem definidos, é a resistência real às sociedades de controle.

Um dos grandes ativistas que atua formalmente nas redes é o mundialmente reconhecido “Anonymous”. Conforme Machado (2013), mais do que um grupo, ou um conjunto unificado e formal de indivíduos, o “Anonymous” deve ser reconhecido como “uma ideia” e justamente “por se tratar de uma ideia, não conta com donos, liderança central e muito menos centro geográfico” (p.21).

Essa rede Anonymous já protagonizou inúmeras ações contrapondo líderes de estado e declarando apoio aos direitos humanos nas redes. O Anonymous é também um grande incentivador do uso de plataformas online que garantem o anonimato dos usuários nas redes.

Ainda, no sentido formal de resistência ao sistema vigente, há esforços que partem especificamente da comunidade científica. Como exemplos dessa atuação cita-se os centros de pesquisa, “InternetLab”[[8]](#footnote-9) e “LabLivre UFABC”.[[9]](#footnote-10) , que buscam elucidar as nuances da sociedade atual, debater criticamente essa realidade e propor pesquisas que problematizem o uso da internet na contemporaneidade.

Também, como ações legitimadas de resistência nas sociedades de controle, evidencia-se a fundamental atuação de organizações dedicadas aos movimentos de regulação da internet, como o “Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI - BR)” [[10]](#footnote-11), chancelado pelo próprio governo nacional, e a “*Internet Rights and Principles Dynamic Coalition (IRPC )[[11]](#footnote-12)”* reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Recentemente, o CGI-BR foi fundamental para articular a aprovação do projeto de lei geral brasileira que trata sobre a proteção de dados pessoais. Ainda que traga contradições preocupantes (Silveira, 2018), a referida legislação evidencia um contraponto aos exageros cometidos pela indústria infocomunicacional. Outro importante movimento em prol dos direitos humanos na internet, sobretudo o direito à privacidade, foi a criação da “Carta de Direitos Humanos e Princípios para a Internet”. O documento, amplamente difundido pela ONU, foi criado pelo IRPC e traz importantes recomendações. Dentre as quais, é possível destacar a seguinte:

Todos os indivíduos têm o direito à privacidade online, incluindo o direito de não ser vigiado, o direito de usar criptografia e o direito ao anonimato online. Todos os indivíduos têm também o direito à proteção de dados, incluindo o controle sobre coleta, retenção, tratamento, eliminação e divulgação de dados pessoais (IRPC, 2018b, 8)

Todas essas ações apresentadas representam importantes contrapontos ao poder vigente. São engajamentos institucionalizados que atuam em defesa dos direitos humanos no âmbito da internet e promovem conteúdos para conscientização dos cidadãos. Tratam-se, evidentemente, de operações que rechaçam os abusos que permeiam as sociedades de controle. Na proposição de Scott (*in* MENEZES, 2002) essas mobilizações institucionalizadas, assim como os movimentos sociais articulados em rede no início deste século, poderiam ser classificadas como ações de “resistência real”.

Como explicitado, portanto, tais movimentos de resistência real estão atuando para garantir os direitos da sociedade como um todo. Assim, surge um importante questionamento acerca das ações dos próprios cidadãos que têm suas privacidades expostas diariamente, em praticamente todas suas ações, seja durante a utilização de aplicativos conectados à internet ou no âmbito off-line, quando consomem produtos em estabelecimentos físicos, como farmácias, supermercados e restaurantes. Existe resistência desses indivíduos em relação à coleta de seus dados?

Em uma primeira reflexão, questiona-se inclusive sobre a ciência das pessoas em relação a essa conduta de controle na sociedade atual. Certamente, muitos indivíduos não refletem sobre as reais intenções das corporações que solicitam seus dados e, muitas vezes, por intimidação, acabam consentindo. Neste caso, por ausência de consciência sobre o fato, torna-se difícil reconhecer quaisquer ações de resistência.

Contudo, sob a prerrogativa de garantir acesso a serviços, descontos e entretenimento há, ainda, o discurso de pessoas que alegam concordar com essa dinâmica de coleta de dados pessoais e que não conseguem imaginar formas de contrapor esse modo de operação das indústrias infocomunicacionais sem que o “agradável” modo de vida cosmopolitano seja limitado. Neste caso, também não parece haver, portanto, ações evidentes de resistência partindo dos principais alvos do poder vigente. Entretanto, corroborando as ideias apresentadas por Scott (1990 e 2002), essa suposta passividade evidencia a capacidade de agência dos atores sociais que “escolhem” conceder seus dados por não enxergarem formas de contrapor essa dinâmica social imposta.

Todavia, diante dos recentes escândalos mundiais, amplamente repercutidos pela mídia, envolvendo a temática dos dados pessoais e, ainda, devido aos esforços das instituições que buscam conscientizar a sociedade acerca dessa problemática, há, mesmo que de maneira incipiente, pequenas ações de desobediência e questionamentos emergindo dos próprios cidadãos em seu cotidiano. O já citado INTERNETLAB, em uma de suas ações de conscientização, promoveu recentemente a campanha denominada #PerguntePorque (INTERNETLAB, 2018b).

Na ocasião, foi divulgado um vídeo na página do Facebook do centro de pesquisa simulando uma situação em que os atendentes de uma fármacia solicitavam fotos, impressões digitais e demais dados pessoais dos clientes para fins de cadastro. Apesar de alguns indivíduos não questionarem e concederem as informações solicitadas, muitos deles mostraram-se surpresos com o posicionamento do atendente, questionaram a situação e alguns se negaram a conceder seus dados.

Figura 2 - *Print* da postagem com vídeo sobre coleta de dados pessoais e campanha #PerguntePorque (INTERNETLAB, 2018b)

Até o final de agosto de 2018, a postagem original do vídeo teve cerca de 55 mil visualizações, foi compartilhada aproximadamente 600 vezes, contabilizou quase 100 comentários e gerou 815 reações, sendo a segunda reação mais apontada, após o tradicional “curtir”, a do *emoji* que representa a feição de assustado/impressionado.

Dentre os comentários apresentados, muitos deles mostraram-se totalmente contra essa conduta e relataram suas próprias experiências. Alguns exemplos podem ser vistos no *print* a seguir:

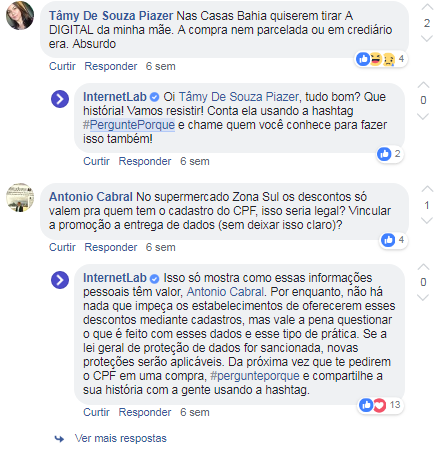


Figura 3 - *Print* com alguns comentários na postagem da página do INERNETLAB para a campanha #PerguntePorque (INTERNETLAB, 2018b)

Além dos comentários no post do Facebook, a campanha #PerguntePorque também teve repercussão na plataforma Twitter. Alguns usuários utilizaram a *hashtag* para relatar casos próprios envolvendo a coleta de dados pessoais. Diante deste caso apresentado, é possível inferir que o simples fato de o cidadão, nas mais corriqueiras situações do dia-a-dia, questionar às empresas acerca da finalidade de solicitação/uso de seus dados pessoais evidencia uma ação de resistência.

É interessante notar também que, tanto na publicação, como na interação do INTERNETLAB com os usuários, a campanha vem acompanhada da palavra “resista”. Dialogando novamente com as ideias trazidas por Scott, entende-se que, mesmo que em escala reduzida, essa é uma nítida forma de resistência cotidiana, ou seja, não se trata de uma ação articulada conjuntamente entre membros da sociedade civil. São pequenas ações individuais de desobediência que partem dos próprios alvos do poder operado e que, de algum modo, contrapõem o sistema vigente.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As proposições apresentadas neste trabalho evidenciaram os rumos tomados pelo capitalismo informacional que permeiam a sociedade imersa na cibercultura. A internet trouxe importantes transformações aos indivíduos e sua arquitetura em rede horizontal ampliou a capacidade de articulação dos atores sociais e deu voz àqueles que, até então, não possuíam meios de expressar sua indignação. Contudo, a preponderante lógica do capital também se apropriou com destreza dessa potente ferramenta e vêm consolidando uma nova forma de operar o poder por meio da ininterrupta coleta e tratamento de dados pessoais dos bilhões de usuários da rede. Diante desta realidade, discutiu-se neste trabalho sobre as possíveis formas de resistência que eclodem na sociedade cooptada por essa nova lógica de controle.

Assim, foi possível elencar algumas importantes ações institucionalizadas que emergiram na atualidade. Não são como os grandes movimentos sociais e revoluções que geraram marcos históricos na humanidade. Em um contexto de modernidade líquida, essas ações reais de resistência também são fluidas. Elas partem de grupos formais (INTERNETLAB, LABLIVRE, CGI-BR e IRPC) e, ainda que sistematicamente organizadas, atuam de maneira difusa e multifacetada. Seus resultados são percebidos por meio da mídia, pela concretização de ações de conscientização cidadã e, ainda, pela mobilização governamental em prol de legislações que regulem o mercado de dados pessoais e reforcem os direitos humanos fundamentais.

Partindo para a posição do cidadão diretamente impactado pela dinâmica social atual, foi possível perceber que, mesmo diante de um poder exercido de maneira subliminar e, até mesmo, travestido de benefício, a capacidade de agência dos indivíduos permanece vigente. Ainda que, discretamente, já é possível observar, inclusive, pequenas ações isoladas que representam a resistência cotidiana desses atores sociais.

As problematizações apresentadas neste trabalho demonstram que as ações de resistência formalizadas são capazes de fomentar, paulatinamente, a criticidade dos cidadãos, dando-lhes subsídios e argumentos para exercerem a resistência em suas ações cotidianas. Em meio à situação de extrema invasão de intimidade das pessoas, essas ações de resistência – real e cotidiana – mostram-se complementares e sugerem fôlego para que, ao menos, algum resquício de privacidade seja minimamente garantido aos cidadãos.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Paulo. **BIG DATA:** o segredo por trás da eleição de Trump. 06-02-2017. Disponível em: https://www.showmetech.com.br/big-data-trump/. Acesso em: 05 jul. 2017.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. **Democracia digital e experiência de e-participação**: webativismo e políticas públicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1597-1619.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks:** How Social Production Transforms Markets And Freedom. New Haven: Yale University, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm> . Acesso em: 20 ago. 2018

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Barcelona: Alianza Editorial, 2009

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum Sobre as Sociedades de controle**. 1990

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47. Maio/Ago. 2011

INTERNETLAB, Site oficial. **InternetLab:** Pesquisa em direito e tecnologia. Disponível em: < http://www.internetlab.org.br/pt/> Acesso em: 18 ago. 2018a

INTERNETLAB, Facebook. **Post campanha #PerguntePorque**. Disponível em:   
<https://www.facebook.com/pg/internetlabbr/posts/?ref=page\_internal> Acesso em: 18 ago. 2018b

IRPC, Site oficial. **The Internet Rights and Principles Dynamic Coalition.** Disponível em: <http://internetrightsandprinciples.org/site/>. Acesso em: 18 ago. 2018a

IRPC, Site oficial. **Carta de Direitos Humanos e Princípios para a Internet.** Disponível em: <http://internetrightsandprinciples.org/site/wp-content/uploads/2017/03/IRPC\_booklet\_brazilian-portuguese\_final\_v2.pdf >. Acesso em: 18 ago. 2018b

LABLIVRE, Site Oficial. **Laboratório de Tecnologias Livres da Universidade Federal do ABC**. Disponível em: <http://pesquisa.ufabc.edu.br/lablivre/> Acesso em; 18 ago.18

LATOUR, Bruno. **Networks, societies, spheres:** Reflections of an actor-network theorist. In: International Seminar On Network Theory: Network Multidimensionality In The Digital Age, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MACHADO, Murilo Bansi. **Por dentro dos Anonymous Brasil:** Poder e Resistência na Sociedade de Controle. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, Marilda A.de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In: **Raízes**, Vol. 21, no. 01, jan a jun. 2002.

MIAN, Mariella Batarra; ZOTELLI, Gabriel Perrenoud. **Ações coletivas na era da Internet:** A legitimação dos movimentos articulados pela rede. Trabalho apresentado no GT 4 - Ciberpolítica e Cibercultura do Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”, 2016.

PAIS, EL. **Caso Cambridge Analytica.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tag/caso\_cambridge\_analytica>. Acesso em: 07 jun. 2018

RAINLE, Lee; WELLMAN, Barry. **Networked:** The new social operating system. Cambridge: The MIT Press, 2012

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Vol. 21, no. 01, jan-jun,2002.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 1990.

SILVEIRA, Sério Amadeu da. **A lei de proteção de dados aprovada por Temer é capenga.** Disponível em: < https://nocaute.blog.br/2018/08/29/lei-protecao-de-dados-internet/> Acesso em: 29 ago. 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível.** Tese de doutorado em Ciências Políticas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Tudo sobre todos:** Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017a.

UGARTE, David. **O poder das redes**. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

WIKIMEDIA, Commons. **Personas en red.** Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Personas\_en\_red.jpg > Acesso em: 07 jun. 2018.

1. Doutorado em andamento no programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC - UFABC. Mestre pelo mesmo programa da UFABC. Especialista em Gestão de Marketing pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Graduada em comunicação social - habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Atua como Relações Públicas na Universidade Federal do ABC.   
   E-mail: [mariellabm@gmail.com](mailto:mariellabm@gmail.com). [↑](#footnote-ref-2)
2. Citação original: Reciprocal exchanges of information and social interaction are the norm among those who use ICTs [information and communication technologies]. As they are creating content, users are often intimately involved in bargaining with their peers over social niceties [↑](#footnote-ref-3)
3. Citação original: “la capacidad de constituir redes y de programar/reprogramar las redes según los objetivos que se les assignen” [↑](#footnote-ref-4)
4. Citação original: [...] sugiero que , em muchos casos, quines ostentan el poder son, también, red. No redes abstractas e inconscientes ni autómatas: se trata de seres humanos organizados alrededor de sus proyectos y interesses. Pero no son acotres aislados (individuos, grupos, clases, líderes religiosos o políticos), ya que el ejercicio del poder en la sociedad red requiere um complejo grupo de acción conjunta transciende las alianzas hasta convertirse en una nueva forma de sujeto, similiar a lo que Bruno Latour ha descrito btillantemente como "actor-red” [↑](#footnote-ref-5)
5. Diversas notícias foram repercutidas na mídia. O veículo “El País” elaborou uma página na internet com uma série de reportagens relacionada a essa temática. [↑](#footnote-ref-6)
6. Empresa utiliza tecnologia baseada em microsegmentação de dados, para avaliar a personalidade das pessoas a partir das pegadas digitais e promover campanhas de marketing político. [↑](#footnote-ref-7)
7. O conceito de “identidade” considerado pelo autor refere-se “a fonte de significado e experiência de um povo” [↑](#footnote-ref-8)
8. O InternetLab é um centro independente de pesquisa interdisciplinar que promove o debate acadêmico e a produção de conhecimento nas áreas de direito e tecnologia, sobretudo no campo da Internet. Incentiva o desenvolvimento de projetos que abordem os desafios de elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero e identidade.(Internetlab, 2018a). [↑](#footnote-ref-9)
9. O Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre) da Universidade Federal do ABC é um espaço de pesquisa e de articulação entre os saberes da academia e das comunidades tecnológicas. O LabLivre não apenas produz tecnologias, mas também se dedica a analisar criticamente as implicações políticas, sociais, econômicas e culturais que permeiam o universo tecnológico (Lablivre, 2018). [↑](#footnote-ref-10)
10. O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível ".br". Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet. (CGI, 2018) [↑](#footnote-ref-11)
11. A *Internet Rights and Principles Dynamic Coalition* (IRPC) é uma rede aberta de indivíduos e organizações com base no Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF), empenhada em fazer a Internet funcionar em prol dos direitos humanos (IRPC, 2018a, tradução nossa). [↑](#footnote-ref-12)